

Mobilizar é preciso.

Por uma educação pública
sem mercantilização.

Embarque nessa luta: participe deste Movimento



Boletim do Fórum
Estadual em Defesa
da Escola Pública
Nº 1 25/04/2011

FóRUM ESTADUAL
EM DEFESA DA
ESCOLA
PÚBLICA

www.fedep.org.br

Samuel Tosta

Editorial.

Por uma escola pública de qualidade! Este bordão atravessou as últimas décadas mobilizando professores, funcionários, estudantes, pais e movimentos sociais sempre em busca do direito negado ao conhecimento científico, tecnológico, histórico-crítico, cultural e artístico de forma participativa e emancipatória.

O Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP) organizado no Rio de Janeiro desde o final de 2010, contando atualmente com mais de 30 entidades (sindicatos, associações, faculdades de educação, movimento estudantil, centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais em geral) é a principal expressão organizativa dessas lutas pela educação pública.

Esse boletim procura apresentar os primeiros frutos do acúmulo do FEDEP. Além de retomar a trajetória do Fórum, apresenta os princípios que norteiam sua ação, traz algumas contribuições de seus participantes e faz uma convocatória para a próxima atividade programada: um seminário sobre o Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso Nacional, objeto de enorme operativo das entidades empresariais que seguem ampliando sua influência sobre a educação pública.

A função mais importante deste boletim é convocar você a se somar nesta luta, a acompanhar o FEDEP pelo site, pelas redes sociais e, claro, nas reuniões, seminários, passeatas e atos que certamente realizaremos. Em tempos onde os mais diversos governos atacam sorrateira ou descaradamente a educação pública, sua presença é mais do que necessária, é imprescindível!



PNE 2011: É urgente articular a mobilização!

O Plano Nacional de Educação que está no Congresso Nacional aponta para um avanço da precarização e da privatização da educação pública. A meritocracia e a culpabilização dos profissionais aparecem embutidos em diversas metas e o urgente e necessário aumento de recursos para a educação é jogado para 2020, sem qualquer garantia!!! As entidades representativas dos donos de escolas particulares já iniciaram seu lobby junto aos deputados para adequar o PNE aos seus propósitos mercantis. Por tudo isso, precisamos pensar juntos as nossas estratégias de luta e pressão.

O Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública convoca todos aqueles que desejam construir uma educação pública de qualidade a participar de um seminário no dia 30 de abril das 9:00 às 17:00 no auditório 71 da UERJ. Você não pode faltar.

Trajetoira do FEDEP:

Veja na Linha do Tempo abaixo, a trajetória do FEDEP. São seis meses de muita reflexão, discussão, manifestação e luta. Venha construir esta história conosco!

15 de setembro de 2010 - lançamento do Manifesto em Defesa da Educação Pública em passeata organizada pelo SEPE no centro do Rio de Janeiro.

14 de outubro de 2010 - atividade da Faculdade de Educação da UFRJ que aprova o relançamento do Fórum.

06 de novembro de 2010 - Lançamento do Fórum por mais de 20 entidades no auditório do Instituto de Educação.

09 de dezembro de 2010 - primeira plenária organizativa do Fórum, na UFRJ.

05 de janeiro de 2011 - Reunião dos Grupos de Trabalho do Fórum, na UFRJ.

Arquivo



Kelum Melo



31 de janeiro - Reunião organizativa dos Grupos de Trabalho e preparatória para o ato de lançamento na UERJ.

23 de fevereiro - Ato de Lançamento do FEDEP na UERJ com participação de mais de 600 pessoas.

31 de março - Marcha em Defesa da Escola Pública pela Avenida Rio Branco, com mais de 5000 pessoas.

30 de abril - Seminário: estratégias de luta por um PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, hoje na UERJ.

Arquivo



Samuel Tosta

Os dez princípios do

Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública

Os princípios abaixo, discutidos coletivamente nas reuniões plenárias do Fórum e lançados no ato do dia 23 de fevereiro, são os eixos norteadores da nossa luta. Essa é a escola pública que queremos!

1. Defender a educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social, em todos os níveis, como um direito social universal e dever do Estado

2. Exigir do poder público a garantia de acesso e de permanência, assegurando efetiva assistência estudantil (moradia, transporte, meia entrada nos eventos culturais, bolsa de manutenção etc.)

3. Defender a organização de um efetivo Sistema Nacional de Educação que articule e garanta o cumprimento das responsabilidades educacionais dos diferentes entes federais

4. Defender a aplicação imediata de montante equivalente a, pelo menos, 10% do PIB na educação pública em todos os níveis e que as verbas públicas sejam destinadas somente para as escolas públicas

5. Combater todas as formas de mercantilização da educação e a introdução de critérios produtivistas no trabalho dos profissionais de educação e na avaliação das instituições e dos estudantes

6. Exigir controle social sobre a educação privada, como concessão do poder público. É função do Estado regulamentar e fiscalizar seu funcionamento, observando a garantia de carreira digna aos seus trabalhadores e a autonomia didático-científica diante de suas mantenedoras

7. Articular a luta em prol da qualidade da educação com a defesa da garantia pelo Estado das condições de trabalho dos profissionais da educação, incluindo a valorização salarial e a autonomia didático-científica

8. Exigir que a gestão democrática das instituições e sistemas educacionais seja realizada por meio de órgãos colegiados democráticos

9. Defender a formação inicial e continuada, pública e gratuita, presencial e de qualidade de todos os trabalhadores em educação, em todos os níveis e modalidades educacionais

10. Ampliar o debate com os movimentos sociais e populares e entidades acadêmicas com o objetivo de reconstruir o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e fortalecer a luta pela elaboração coletiva e democrática do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira.

▶ Não compre gato por lebre!

Recentemente o MEC, diversas organizações governamentais vinculadas aos estados e municípios, entidades patronais, como a Confederação Nacional do Comércio, entre outras, e o sindicalismo oficialista, lançaram um Fórum para referendar o processo de elaboração do PNE desejado pelos governos que vêm encaminhando as parcerias público-privadas e pelos setores empresariais ávidos por mais negócios educacionais. Objetivando se apropriar do patrimônio político do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), nomearam essa coalizão de "Fórum Nacional em Defesa da Educação". Isso mesmo: não é em defesa da educação PÚBLICA. Mas a história do FNDEP é mais forte, pois o nosso Fórum construiu sua legitimidade nas lutas pela constituinte, pela LDB democrática e pelo "PNE: Proposta da Sociedade Brasileira" nos Congressos Nacionais de Educação. Não levaremos gato por lebre!

Algumas reflexões acumuladas pelo FEDEP

Alguns membros do FEDEP têm produzido importantes reflexões a respeito da escola pública.

A seguir, temos alguns fragmentos de três destas reflexões:

Os Professores Gaudêncio Frigotto, Zacarias Gama, Vânia da Motta e Eveline Algebaile, publicaram na *Folha Dirigida* uma excelente análise do Plano de Metas para a Educação do governo estadual, conclamando os profissionais da educação a resistirem a mais este ataque à educação pública.

Trata-se, portanto, de uma proposta que não vai ao fundamental e pega o pior atalho: premiar quem chega às metas, metas imediatistas, de lógica produtivista, que não incorporam medidas efetivas voltadas para



Fellippo Brando

uma educação pública de qualidade. A lógica subjacente à proposta, que já está sendo chamada de *choque de gestão de administração*, apenas trabalha com dois conceitos fundamentais: forçar o professorado a produzir um IDEB elevado, sem efetivamente melhorar as suas condições de trabalho, e baratear o custo da educação adotando, de imediato, a meta conservadora de economizar R\$ 111 milhões dos gastos. Uma lógica tecnocrata que reconhece somente cálculos de custos e de benefícios, que vê as pessoas apenas como dados, destituídos de vontade e voz, indo de encontro às próprias bases ideológicas liberais e neoliberais que ainda consideravam o homem dotado de livre iniciativa, mesmo em sua forma de indivíduo, *homo economicus*.

O espantoso é que a Secretaria de Estado do Rio, com essa proposta, caminha visceralmente na contramão dos encaminhamentos concluídos nas reuniões da Conferência Nacional de Educação de 2010, do que foi acordado no novo Plano Nacional de Educação e do que vem sendo discutido no Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, há poucos dias instalado por dezenas de entidades ligadas à educação, à cultura, aos movimentos sociais e às instituições de ensino e científicas do estado do Rio de Janeiro. FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Vânia; GAMA, Zacarias; ALGEBAILLE, Eveline. *Plano de Metas da Educação do Rio de Janeiro: do economicismo ao cinismo*. Publicado no Jornal *Folha Dirigida*. Rio de Janeiro. 11.01.2011, Caderno Educação, p. 4

O texto a seguir é parte da conferência feita pelo professor Demerval Saviani no ato de lançamento dos princípios do Fórum no dia 23 de fevereiro de 2011:

Um novo esforço de mobilização que exemplifica a adoção da estratégia da resistência ativa, ocorreu com os Congressos Nacionais de Educação (CONEds) que possibilitaram a elaboração de uma proposta alternativa de Plano Nacional de Educação. Essa proposta, ainda que tenha provocado algum avanço nos debates ocorridos no Congresso Nacional, não teve força para se impor sobre a proposta do governo que se converteu no texto aprovado em 9 de janeiro de 2001. Agora nos encontramos em uma nova conjuntura que introduz na pauta do Congresso Nacional um novo projeto de Plano Nacional de Educação. Cumpre, então, a partir dessa iniciativa do Rio de Janeiro, restabelecer os fóruns nos vários estados e articulá-los no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública cuja primeira tarefa será assegurar a inclusão no PNE a ser aprovado pelo Congresso Nacional, das medidas correspondentes aos dez princípios que orientam as ações deste Fórum em Defesa da Escola Pública que hoje se instaura no Rio de Janeiro.

A questão dos recursos é essencial porque, sem eles, as demais metas resultarão inviabilizadas. E aqui a mobilização será crucial porque o projeto elaborado pelo MEC prevê, na meta de nº 20, chegar apenas a 7% ao longo dos dez anos de vigência do novo PNE. Ora, essa meta foi fixada no PNE aprovado em 2001 para ser atingida em 2010. Vetada pelo então presidente FHC ela agora retorna, porém postergada para 2020. Nessas circunstâncias a proposta aceitável seria atingir 7% agora, em 2011, pois foi isso que o Congresso Nacional aprovou em 2001. E chegar aos 10%, aprovados na CONAE, a partir de 2015.

SAVIANI, Demerval. Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública – FEDEP/RJ. 23/02/2011.



Samuel Tosta

A seguir, um fragmento da entrevista concedida pelo professor Roberto Leher à *Folha Dirigida* logo após a magnífica passeata organizada pelo FEDEP que contou com a presença de mais de cinco mil estudantes, professores, funcionários e lutadores sociais em defesa da escola pública de qualidade.

Acredito que o caminho adotado pelas secretarias de educação a partir de meados dos anos 1990 agravou enormemente o péssimo quadro educacional existente no Rio de Janeiro. Mesmo instrumentos precários, como o Ideb, confirmam que a educação pública no estado e nos municípios vai muito mal. Não é por acaso que o percentual de estudantes da educação básica que frequenta a rede privada no Estado do Rio de Janeiro está entre os mais altos do país, se não for o mais alto, tal a perda de credibilidade da rede pública. A premissa fundamental que vem sendo trabalhada é de que o problema educacional pode ser resolvido por ferramentas gerenciais, instrumentos ditos científicos de avaliação, cartilhas, manuais, pacotes tecnológicos, metas e gratificações, ressignificando o docente como profissional que cumpre tarefas docentes, uma ferramenta, um instrumento da política educacional ou, nos termos da tristemente célebre afirmação do secretário de educação do Estado, ‘entregadores de conhecimento’; em suma, o diagnóstico e os instrumentos de política construídos no período neoliberal. A presença de entidades vinculadas às grandes corporações nas escolas é justificada pelo suposto fato de que, como os educadores fracassaram, é hora de deslocar a responsabilidade pelo projeto pedagógico para as fundações empresariais. Enquanto isso, os professores não possuem uma carreira atraente, o aperfeiçoamento não é estimulado (pois as licenças com remuneração para que os docentes possam cursar a pós-graduação não são concedidas), não há tempo de trabalho remunerado para que os professores e trabalhadores da educação possam construir coletivamente o projeto político-pedagógico da escola e preparar aulas, a infraestrutura da maior parte das unidades é péssima, não há estímulo real para o fortalecimento da educação infantil (temos que lembrar que o concurso para auxiliar de creche da Prefeitura do Rio de Janeiro exigiu escolarização correspondente ao ensino fundamental!), os nexos entre o ensino fundamental e o ensino médio são frágeis ou inexistentes, os vínculos com as universidades são pontuais e, na maior parte, para atender a demandas específicas. Embora todos os governos façam juras de amor pela educação, os recursos são exíguos e, frequentemente, abaixo do exigido pela legislação. Ainda hoje encontramos desvios de verbas educacionais para o pagamento de aposentadorias e pensões e, ainda, enorme sangria de recursos na compra desnecessária de pacotes tecnológicos que somente beneficiam as empresas vendedoras e na contratação de terceirizações absurdamente custosas e injustificáveis.

LEHER, Roberto. *A Escola Pública mutilada por interesses privados*. Entrevista concedida à *Folha Dirigida*, edição de 12 de abril de 2011.



Arquivo

Conheça a página web do FEDEP: www.fedep.org.br

ENTIDADES QUE COMPÕEM O FEDEP:

ADCP II • ADUFF-SSind • ADUFRJ-SSind • AERJ • AFIASERJ • ANDES-SN/RJ • ANEL • APAEP/Caxias • ASDUERJ • CSP/Conlutas • DCE UERJ • DCE UFF • DCE UFRJ - Escola Politécnica Joaquim Venâncio/Fiocruz • Fac. de Educação da UFRJ • Fac. de Educação da Baixada Fluminense (UERJ) • Fac. de Educação da UERJ • Fac. de Educação da UFF • Fórum de Saúde • Grêmios do CPII • Intersindical • MNLM • MST • MTL • PCB • PCR • PSOL • PSTU • SEPE • SINDSCOPE • SindJustiça • SINDPEFAETEC • SINTUPERJ • UEDC • UJR